



TERMO DE CONTRATO Nº 33/2024

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOQUIM E A
EMPRESA 52.902.127 GLADSON DA COSTA
NAZARO.

O MUNICÍPIO DE BOQUIM, Estado de Sergipe, com sede à Praça Dr. José Maria de Paiva Melo, nº 26 – Centro, CNPJ 13.097.068/0001-82, pessoa jurídica de direito Público, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Senhor Prefeito **ERALDO DE ANDRADE SANTOS** e a empresa **52.902.127 GLADSON DA COSTA NAZARO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 52.902.127/0001-08, situada na Rua Antonio Conde Sobral, Nº 330, Centro, Itaporanga D'Ajuda/SE, CEP 49.120-000, doravante neste ato representada pelo Empresário, o Sr. **GLADSON DA COSTA NAZARO**, portador do CPF: 036.201.955-01, e RG: 34167951 SSP/SE, doravante denominado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 13/2023 - PMB**, têm, entre si, ajustado o presente contrato de fornecimento, que se regerá pelas normas das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e, também, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos MOBILIÁRIOS, ELETRÔNICOS, UTENSÍLIOS E ELETRODOMÉSTICOS para atendimento escolar aos estudantes do último ano da Educação Infantil, advindos do Programa “Alfabetizar pra Valer”, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo deste Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 Pelo fornecimento de que trata os Itens do ANEXO ÚNICO do presente Contrato, a Contratante pagará à Contratada o valor global de **R\$ 38.725,00 (trinta e oito mil setecentos e vinte e cinco reais)**.

2.2 – Este Termo de Contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas, a critério da administração, limitada a sessenta meses, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

2.3. O valor inicial atualizado do contrato poderá ser acrescido ou suprimido dentro dos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite, nos termos do § 2º do inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

52.902.127
GLADSON DA
COSTA
NAZARO-529
02127000108
Assinado em nome
de
Assinado por 52.902.127
GLADSON DA COSTA
NAZARO-529 em
07/06/2024 às 16:
25:58:09



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM

001334

2.4. As alterações contratuais serão processadas mediante Termo Aditivo e ou Apostilamento, devidamente justificadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal.

2.5. O pagamento das obrigações relativas ao contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art 7º § 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 5º e 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666.

2.6. Caberá ao Secretário da respectiva pasta atestar as notas fiscais, bem como designar o responsável pelo controle da sua planilha de fornecimento.

2.7. Não haverá reajuste de preço, sendo, porém, repassados os aumentos ou deduções de preços determinados pelo Governo Federal, no percentual que for adotado pela distribuidora a qual está vinculada a contratada.

2.8. Havendo atraso de pagamento, a parcela atrasada será atualizada segundo a variação do INPC, desde a data final do período de adimplemento, até a data do efetivo pagamento. Para o efeito deste item, não serão computados os atrasos atribuíveis à contratada e os decorrentes da não aprovação dos documentos de quitação ou ainda da não aceitação do produto.

a) Juntamente com a apresentação da Nota Fiscal, a Proponente deverá comprovar, no ato do pagamento, a sua regularidade com o FGTS, União, Estado e Município, apresentando cópias das respectivas certidões.

2.9. De acordo com o Art. 185 do Regulamento do ICMS do Estado de Sergipe, aquele que participar de licitação neste Estado e que adquirir mercadorias de outras unidades da federação, recolherá imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

2.9.1. Será pago mensalmente através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) uma taxa de fiscalização dos contratos referente a fornecimento de produtos ou serviços com a alíquota de 1,5% (um e meio por cento) aos contratos, valor efetivo, incidindo na fonte sobre os pagamentos a partir do primeiro mês de execução conforme art. 166 da Lei Municipal nº 851/2018 e pelo Decreto Municipal nº 266/2019.

2.9.2. A taxa não incide quando o valor mensal é inferior ao salário-mínimo.

2.9.3. A taxa será calculada em função do valor do contrato mensal.

2.10. O presente contrato não sofrerá reajuste de preços, de acordo com a legislação em vigor, porém, os preços poderão ser revistos com fundamento nas disposições do art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei n.º 8.666/93.

2.11. Nos preços mencionados nos itens 2.1 já deverão estar incluídas todas as despesas com taxas, impostos e quaisquer outros acréscimos que correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

52.902.127
52.902.127
52.902.127
52.902.127
52.902.127
52.902.127
52.902.127
52.902.127
52.902.127
52.902.127



3.1- As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da Contratante para o exercício de 2024, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

1104	12.361.0005	1146	4490520000	15760000
------	-------------	------	------------	----------

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O prazo deste contrato será até 31 (trinta e um) de dezembro, a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E DAS PENALIDADES

5.1 O prazo de entrega dos produtos não deverá ser superior a 30 (trinta) dias após a assinatura e emissão da Autorização do Fornecimento que ocorrerá de acordo com às necessidades das secretarias, conforme Termo de Referência – ANEXO I do Edital. A entrega dos equipamentos deverá ser feita no almoxarifado da Prefeitura Municipal, localizado na Praça Dr. José Maria de Paiva Melo, Centro e no horário especificado pela secretaria solicitante.

5.1.1 Em caso de atraso injustificado no fornecimento do produto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 1% por dia de atraso, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho;

5.1.2 A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93;

5.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa na forma prevista no parágrafo primeiro;

III - Suspensão por até 02 (dois) anos do direito de licitar e contratar com a Administração;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A multa será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) do valor da adjudicação e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor da respectiva Nota de Empenho, o que não impedirá, a critério da Administração Municipal, a aplicação das demais sanções a que se refere esta Cláusula, podendo a multa ser descontada dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou



cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

6 – Incumbe ao CONTRATANTE:

6.1 – Fiscalizar o fornecimento do equipamento;

6.1.2 – Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

6.2 – Incumbe à CONTRATADA:

6.2.1 – Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação, que deu origem ao presente contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas;

6.2.2 – Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à CONTRATANTE;

6.2.3 – Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhistas, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes;

6.2.4 – Responsabilizar-se por eventuais multas municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato;

6.2.5 - Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE durante o fornecimento, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial;

6.2.6 – Em caso de falta dos bens objeto deste contrato, responsabilizar-se-á na forma da Lei, pelo inadimplemento do Contrato, ficando todo o ônus do fornecimento sob sua responsabilidade;

6.2.7 – A CONTRATADA não poderá transferir total ou parcialmente o Contrato, como também não poderá subcontratar, ainda que parcialmente, a execução do seu objeto.

6.2.8 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que habilitaram quando da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DENÚNCIA E RESCISÃO

7.1 – O presente Contrato será rescindido:

a) ordinariamente, por sua completa execução;

b) excepcionalmente, de acordo com o disposto nos arts 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

52.902.127 Assinado de forma
digital por
GLADSON DA SILVA
COSTA
NAZARO-529-0100
02127006108 12/16/13 09:07



001337

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATADA não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às consequências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Para qualquer ação decorrente deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Boquim/SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os seus jurídicos e legais efeitos.

Boquim (SE), 26 de fevereiro de 2024.

ERALDO DE ANDRADE SANTOS
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

52.902.127 GLADSON
DA COSTA
NAZARO-5290212700
0108

Assinado de forma digital por
52.902.127 GLADSON DA COSTA
NAZARO-5290212700-108
Data: 2024.02.26 12:17:42 -03'00'

52.902.127 GLADSON DA COSTA NAZARO
GLADSON DA COSTA NAZARO
Representante Legal
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. *Francisco Oliveira Neto* C.P.F. 082.199-005-54
2. _____ C.P.F. _____



ANEXO ÚNICO

28	15,00	UN	PROJETOR MULTIMÍDIA DE QUANTIDADE DE ENTRADAS DE VÍDEO: 2 UN, TIPO ZOOM: DIGITAL, LUMINOSIDADE MÍNIMA: 3.600 LM, TIPO DE PROJEÇÃO: FRONTAL, TIPO: PROFISSIONAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: HDML, VGA, CONEXÃO: USB, WI-FI, MIRACAST, RESOLUÇÃO: 1920 X 1200, TIPO LÂMPADA: LED, VOLTAGEM: BIVOLT	HAIZ	HZ-T9	1.255,00	18.825,00
34	100,00	UN	VENTILADOR ESCOLAR DE PAREDE OSCILANTE, COM GRADE PROTETORA, DE 50 CM, 4 PÁS, COM 03 VELOCIDADES, NA VOLTAGEM 110 A 220V - VN-02 (MODELO FDE/FNDE)	VENTISOL	NEW PR GR PLÁSTIC O PR PREMIU M	199,00	19.900,00

TOTAL: R\$ 38.725,00 (trinta e oito mil setecentos e vinte e cinco reais).

52.902.127 GLADSON DA COSTA
Assinado de forma digital por
52.902.127 GLADSON DA COSTA
NAZARO:5290212700108
Dados: 2024.02.26 12:17:18
0108 -03'00'